

ESCRITA E CORPO: MEDIAÇÕES DA MEMÓRIA

Ivete Lara Camargos Walty
PUC Minas

- Compreende o processo? O rastelo começa a escrever; quando o primeiro esboço de inscrição nas costas está pronto, a camada de algodão rola, fazendo o corpo virar de lado lentamente, a fim de dar mais espaço para o rastelo. Nesse ínterim as partes feridas pela escrita entram em contato com o algodão, o qual, por ser um produto de tipo especial, estanca instantaneamente o sangramento e prepara o corpo para novo aprofundamento da escrita. Então, à medida que o corpo continua a virar, os dentes na extremidade do rastelo removem o algodão das feridas, atiram-no ao fosso e o rastelo tem trabalho outra vez. Assim ele vai escrevendo cada vez mais fundo durante doze horas. (Kafka – A colônia penal)

Tomando-se o conceito de violência arquivadora, de Derrida¹, em diálogo com as reflexões sobre a relação escrita e poder, de Pierre Clastres² e De Certeau³, analisam-se relatos do e sobre o excluído, sobretudo o habitante das ruas das grandes cidades⁴, buscando apontar inscrições da lei em seu corpo/texto. Nesse sentido, investigam-se a escrita e o corpo como mediações da memória, inserida em um processo em que se inscrevem a lei em um exercício de poder e a subjetividade em um exercício de resistência.

A violência inscreve-se, nos relatos, que se querem factuais, colhidos nas ruas de Belo Horizonte, inserindo na trama do discurso índices e símbolos outros. Vale, pois, atentar para a incidência de verbos ligados a ações que resultam no padecimento do corpo, como “bater, machucar, brigar,

¹ DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

² CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

³ DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano* 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁴ Este texto é parte de uma pesquisa maior, intitulada “Lugares críticos: exclusão e resistência na narrativa latino-americana”, financiada pelo CNPq (bolsa de produtividade) e pela Fapemig (auxílio).

revoltar, prejudicar, queimar, estuprar, matar e suicidar”. Basta mencionar que esses verbos ocorrem mais de uma centena de vezes em entrevistas a 10 diferentes grupos.

A violência sofrida é expressa mais freqüentemente que a exercida, mas, muitas vezes, o sujeito da violência se confunde com seu objeto:

E. Não quero falá. Tô com raiva./ (...) / E. Estou machucado./ (...)

E. Caí ./ (...) / E. Fui suicidá.

Cenas de assassinato, fogo atado em coisas e pessoas, estupro e gravidez na adolescência, seguida de aborto ou de morte prematura do bebê são recorrentes:

A: Eu já fui estuprada 3 vezes na rua ... essa queimadura foi na rua...

P: Eu já fui estuprada só uma vez só... mesmo assim tinha 14 anos.

A repetição do advérbio “só” evidencia a, pelo menos aparente, vulgarização de ato de máxima violência. De uma forma geral, a possível revolta com a situação é escamoteada e aparece nas entrelinhas. Em várias entrevistas as jovens falam de gravidez, fruto do estupro ou da vida sexual na rua, evidenciando seu perfil violento, denotado nas referências às doenças venéreas, aos atos sexuais forçados etc.:

A _ Eu fui operada. Eu operei ontem ... Cheguei ontem mesmo.

E. De que você foi operada?

_ Erpólis.

(...)

_ Erpólis, negócio que dá na vagina.

O desconhecimento do corpo é também índice de violência, como se pode ver na fala de F. sobre seu aborto (espontâneo?):

– Eu pensei que era lumbriga saindo pelo meu negócio. Nossa Senhora, eu comecei a chorar. A cabecinha do neném, assim num tinha nem formato direito.

Essa violência apenas conotada, algumas vezes, no entanto, é explicitada e dirigida, como é o caso do lavador de carro, D., que reclama da pouca freguesia, já que as pessoas perdem a confiança nele por causa dos malfeitos dos outros. Deficiente físico, D., sentindo-se duplamente excluído, usa a palavra “defeito” em seus sentidos físico e moral, pois percebe que vive num sistema social injusto, onde há regras diferentes para grupos diferentes. Assim culpa ainda aqueles a que chama “filhinhos de papai”, que consomem drogas ou assediam jovens na rua.

Eu, no meu modo de pensá, todo mundo tem um defeito hoje em dia. Eu ... eu fico naquela região ali, eu pelo menos na minha cabeça ... cada um tem que tê uma cabeça, eu num apronto. Então, eu fico invocado, porque, às vezes, a gente tá sentado, cum prato de cumida, eles (os militares) chega agredindo a gente, bate na gente. Às vezes a gente tá alimentano, cumeno, eles chega agredindo a gente.

(...) Num adianta. Num adianta ... a voz deles é mais .. é mais alta. A corda só arreventa pro lado mais fraco hoje em dia.

Os depoimentos de moradores de ruas de Belo Horizonte não diferem daqueles de outras cidades, como é o caso da biografia de Esmeralda Ortiz⁵, habitante de rua de São Paulo, que teria feito da escrita uma via de recuperação da sua vida. Também ela deixou em seu texto o registro dos verbos bater, espancar, porrar, molestar, estuprar, morder, atear fogo, matar e outros da mesma natureza. Todos estes verbos, como já se disse, têm o corpo como objeto de ação e

⁵ ORTIZ, Esmeralda da Silva. *Esmeralda, por que não dancei*. São Paulo: Editora Senac, 2001. Todas as citações, seguidas de número de página, referem-se a esta edição.

deixam nele uma marca, um registro, uma rasura: uma cicatriz; dentes, dedos, braços ou pernas quebrados; uma gravidez ou um aborto.

Nesse sentido, o corpus que ora analiso, relatos de populações de rua de grandes cidades brasileiras, faz-se metonímia de corpos outros, na medida em que traz em si suas marcas, sob diversas formas. Não é, pois, sem razão, que De Certeau afirma: “Os livros são apenas as metáforas do corpo”⁶.

A partir do estudo de *A colônia pena*⁷, de Kafka, Pierre Clastres também explicita a relação entre escrita, lei e corpo, mostrando que aquilo que seria produto da imaginação do escritor tcheco, “anuncia a mais contemporânea das realidades”⁸. O Estado imprimiria no corpo do prisioneiro a marca de seu poder, a escrita da lei, que determina sua diferença dos outros.

Por outro lado, nas sociedades dadas como primitivas, durante os rituais, o corpo do jovem recebia as inscrições que selavam seu lugar social, expressando: “Tu não és menos importante nem mais importante do que ninguém”. O autor diz, então, que, essa lei, gravada no corpo do iniciado, seria a lei contra o Estado. Dessa forma, a tortura ritual impediria uma crueldade maior, a crueldade do poder exterior ao grupo.

Sem discutir a propriedade das postulações de Clastres, vale nos interrogarmos sobre essas outras marcas gravadas nos corpos de habitantes de ruas em sua relação com o poder. Para isso, valho-me ainda de um outro conceito, o de arquivo, conforme discutido por Derrida, mesmo consciente de que o utilizo em algumas de suas vertentes.

Para Derrida, a palavra ‘arkhê’ significa começo e comando e se rege por dois princípios: um físico, histórico ou ontológico, e outro nomológico, o princípio da lei.

⁶ DE CERTEAU, Op. Cit. p.232

⁷ KAFKA, F. *A colônia penal*. Trad. Modesto Carone. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁸ CLASTRES, Op. cit. p.124.

Nesse sentido, a escrita nos corpos e a escrita dos corpos seriam vistas como uma forma de arquivo, em sua relação com a violência primordial, mesmo que inicialmente as marcas nesses corpos não sejam fruto de uma intenção arquivadora. O corpo como lugar de arquivo dá-se a ler, pois, o arquivo tomado como lugar de começo e de comando, como mostra Derrida, é o lugar de consignação, “o ato de consignar reunindo os signos”⁹.

Pode-se perguntar, pois, como se dá a ler esse arquivo, que, como a circuncisão, é feito na superfície do corpo, a despeito de sua não intencionalidade. Isso porque as marcas no corpo dos habitantes de rua são fruto de suas relações com o outro bem próximo, mas remetem a relações político-sociais mais amplas que incluem o próprio sistema, como o mostra também De Certeau: “Não há direito que não se escreva sobre corpos. Ele domina o corpo”¹⁰. Dessa forma, embora os corpos não estejam afetos diretamente ao aparelho de sujeição¹¹ como no caso dos prisioneiros, eles são alvo de uma violência que supera a disputa individual, a briga de rua, na medida em que se situam em um sistema econômico e político-social que determina e controla seu espaço. Nesse sentido, o traço arquivado no corpo significaria o contrário daquele das sociedades indígenas, pois inscreve a diferença, explicitando a natureza do mal do arquivo em sua contradição entre o lembrar e o apagar. Diversamente também do caso da circuncisão, esse tipo de traço não traduz uma aliança, mas uma ruptura: o indivíduo exhibe sua não inserção no grupo. Em outras palavras, o corpo do morador de rua, queimado, cortado, desdentado, violado, registra a pulsão de destruição paradoxalmente inerente ao arquivo. O pai/sistema faz valer sua lei, não para inserir o sujeito em uma comunidade, mas para excluí-lo, alijá-lo daquilo que estabelece como sua ordem.

⁹ DERRIDA, Op. cit. p.14

¹⁰ DE CERTEAU, Op. cit. p.231

¹¹ cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Trad. Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977

Mas, em nenhum outro momento, esse corpo evidencia tão claramente sua inserção nessa mesma ordem e a força de seu jugo.

No livro *Esmeralda, por que não dancei*, Esmeralda do Carmo Ortiz, sua autora, também usa reiteradamente, como já se afirmou, os verbos bater, queimar, estuprar, molestar, morder, espancar, para falar da própria comunidade: “Minha mãe descobriu, pegou pimenta malagueta, jogou no pinto dele e ainda deu um couro nele” (p.45), ou, “Depois de um tempinho, minha mãe bateu nele de novo, acho até que jogou óleo quente” (p.47). A violência se instala como reciprocidade: “Eu me defendia, mordida, uma vez quase arranquei um pedaço do peito de um menino de tanto morder, porque ele começou a me bater.” (p. 47).

O procedimento não difere para falar dos justiceiros nas ruas e seu desejo de livrar a sociedade do que consideram sujo e, por isso, descartável, o que pode se evidenciar na passagem abaixo, por exemplo: “Além de ratos-de-mocó, tinha estuprador, cagüeta, pilantra. Os caras iam e matavam mesmo, enfiavam a faca, davam tiro, espancavam até morrer.” (p.65). Vítima ainda dos traficantes e seu poder de controle, das próprias drogas de que não pode se libertar, Esmeralda, como qualquer habitante de rua, busca escapar, sobreviver, e, como ressalta Maria Filomena Gregori¹², faz parte de um processo marcado pela circulação e pela viração:

Com 14 anos comecei a vender crack. O traficante aparecia e me dava muitas pedras de crack. Andando com a Pizinha, comecei a ver como que era traficar. Eu era descabelada. Pegava seiscentas pedras e fumava tudo. Então vinham os traficantes na Sé. (p.100)

Nas falas referentes à família, aos justiceiros ou aos traficantes, a violência não difere daquelas que se referem à polícia, a gangues, ou ainda às instituições encarregadas da

¹² GREGORI, M. Filomena. *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

recuperação de meninos e jovens de rua, como se pode verificar em algumas passagens referentes à Febem:

(...) uma monitora que me batia todo dia, a Cláudia.

(...)

Tinha umas (meninas) que tentavam matar as outras, enforcar (p.61)

Quem aprontava ali apanhava, por qualquer coisa que fosse. Eles mandavam ficar em forma, todo mundo de mão na cabeça, sentadas, e a cabeça no joelho. Então eles passavam com um pedaço de pau, batendo em todo mundo, desde as pequenas até as maiores (...). eles só não matavam porque não podia matar mesmo. (...) (p.70 – 71)

Aqui, a violência institucionalizada não difere daquelas das prisões propriamente ditas no processo de adestramento e jugo dos corpos, o que de resto já foi evidenciado por estudos teóricos os mais diversos. Por várias vezes, pode-se ver no corpo de Esmeralda as marcas desses embates, seja como vítima da violência da mãe bêbada ou de seus companheiros, seja dos colegas de rua ou de invasores de seu espaço, seja da polícia ou dos agentes institucionais responsáveis por sua educação. Vítima de estupro por diversas vezes, de atropelamento, de surras, do abuso das drogas, traz no corpo as cicatrizes, como se pode observar, por exemplo, no depoimento de Maria Júlia Azevedo, Maju:

Quando Esmeralda chegou ao PCR, tinha sofrido um acidente, tinha sido atropelada e estava com a perna toda engessada, até o pé. Não podia andar, não podia por o pé no chão (p.85)

O corpo é, pois, sempre vítima da exposição maior ao risco inerente à vida nas ruas:

Eu estava acabada pelo crack, estava careca, porque a minha nóia era puxar os fios dos meus cabelos. Eu só tinha um pouco dos lados e um pouquinho em cima. Eu ficava puxando os

fiões e matando muquirana. Como eu não tomava banho, ficava cheia de muquirana, aqueles piolhos brancos que grudam na roupa. E no mocó que eu dormia era a maior nojeira, o chão era cheio de bichinhos de carniça, aquelas larvas brancas.” (p.141)

As fronteiras corporais diluem-se à medida que o corpo marcado insere-se gradativamente na sujeira e não se distingue dela. Da sujeira dos lixões onde se cata material reciclável, à sujeira dos mocós infestados de insetos e à sujeira que se instala no corpo, que dela não se difere. A doença é outro agente de degradação do corpo, como bem mostra a narradora ao falar dos meninos com Aids: “(...) magros, com o corpo cheio de feridas, rodeados de mosquito. Tinha até aqueles ‘bichinhos de arroz’, nos machucados deles, (...)” (p.171). O corpo é, pois, invadido de várias formas e, objeto da violência, institucionalizada ou não, confunde-se com outros corpos, insere-se na sujeira, perdendo suas marcas identitárias. O processo é, pois, de desidentificação, aquela mesma desidentificação prenunciada quando os justiceiros, perseguindo os moradores de rua, “punham um saco na cabeça e matavam” (p.75).

Outra forma de diluição de fronteiras é o travestimento: meninas vestem-se de homem para “os homens não abusarem”: “Eu comecei a ver que isso funcionava. A partir dos 14 anos, comecei a agir como homem: eu lutava, batia em todo mundo.” (p.171). E este travestimento não se limita a comportamentos sociais, impõe comportamentos sexuais: “Quando eu estava na Febem, fiquei com uma menina, comecei a gostar dela, mas acabou nem dando certo.” (p.172). Não se trata de opção, mas de imposição: “Eu não queria ficar com ninguém, mas, se eu não ficasse com elas, elas iam me chamar de sapatão frouxa, aquela que só fala que é e não é.” (p.172).

Esmeralda busca, conforme expressão utilizada por Maria Rita Kehl¹³, “âncoras do ser”, e o corpo é fator fundamental no processo. Diz a narradora: “Comecei a descobrir o meu corpo, a descobrir o que eu queria e quem eu sou.” (p.179). Na descoberta do corpo tem que lidar com suas cicatrizes, arquivo da violência das ruas/sociedade, e, muitas vezes, quer se livrar dessas marcas: “Eu achava que os meninos não ficavam comigo porque eu tinha cicatriz na perna, (...). Comecei a me achar um lixo.” (p.183)

O livro/arquivo de Esmeralda exibe as marcas do corpo machucado, ao mesmo tempo em que quer expurgá-las. Não é sem razão que a narrativa começa com a cena do banho de chuveiro, metáfora da limpeza almejada:

Como é gostoso um chuveiro. O chuveiro vai limpando a gente por dentro e por fora. Nunca tive um chuveiro. Nunca tive uma cama e uma casa de verdade. Agora, sim, tenho a minha cama, tenho a minha casa. (p.19)

Mais ao final do texto, diz Esmeralda: “Com o livro, eu me sinto mais limpa, agora” (p.204). Gozo e dor se unem na escrita/porto de salvação.

Há que se refletir ainda sobre outros aspectos desse arquivo relativo a uma escrita sobre a vida nas ruas, examinando seu processo de enunciação. Uma moradora de rua quer escrever um livro para “se expor” (p.13). Agora, além de seu corpo, exibe uma escrita que teria sido elemento de resistência e salvação. Aí, mais do que investigar o corpo da narradora, vítima de maus tratos, importa investigar o corpus da escrita propriamente dita, ele próprio metonímia do “corpo escrito pela lei do outro”¹⁴.

No caso de Esmeralda, esse corpus apresenta um outro dado importante, o editor/mediador do texto que, já no Prefácio, como responsável pelo projeto, confere ao relato a característica de

¹³ Expressão utilizada na conferência “Fratricida e sublimação”, no Colóquio Abralic 2001 – FALE/UFGM – 03.08.2001.

¹⁴ DE CERTEAU, Op. cit., p.232

“aventura protagonizada por uma sobrevivente da ‘geração crack’ que se disseminou, em São Paulo, no início dos anos 90” (p.13). Mais à frente, explicita seu papel nesse processo que ele mesmo batizou de aventura:

Convidado por Esmeralda a ajudá-la na investigação, mergulhei nessa viagem, um misto de terapia e reportagem, na qual o encanto pelas ruas, traduzido com poesia no ensaio fotográfico de Alex Szabzon, se confunde com a tragédia da violência urbana. Convivem dor e esperança, ignorância e sabedoria”. (p.14)

Explicando o projeto do livro, Dimenstein afirma: “É uma emocionante história de alguém que, com esse relato, cria um marco na investigação sobre como vivem brasileiros na ponta da marginalidade (...)” (p.15). A palavra marco é reveladora do caráter de arquivo do livro e sua intenção de exibir o corpo social “degradado”. Para melhor discutir o corpo físico e social que emerge desse tipo de violência, interessa-me investigar o acoplamento de sintaxes que ocorre na escrita do livro de Esmeralda. É que, ao valer-se da mediação de repórteres e professores de português para escrever seu relato, Esmeralda exhibe outras marcas do sistema em que se insere, evidenciando o processo descrito por De Certeau:

Ela (a escrita) funciona como a lei de uma educação organizada pela classe dominante que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) o seu instrumento de produção.¹⁵

Nesse sentido, De Certeau segue afirmando que:

A imprensa representa essa articulação do texto no corpo mediante a escritura. A ordem pensada – o texto concebido – se produz em corpos –os livros – que a repetem, formando calçamentos e caminhos, redes de racionalidade, através da incoerência do

¹⁵ DE CERTEAU, Op. cit. p.230

*universo. Ele é ainda apenas a metáfora das técnicas, melhor taylorizadas, que transformarão os próprios seres vivos em impressos da ordem.*¹⁶

Da lei das ruas para a lei da escrita, que oscila entre o registro popular e/ou coloquial e o registro dado como culto, o que se pode notar no uso de regências e concordâncias pouco recorrentes no uso coloquial, como “Era um baldinho parecido com esse em que vem silicone (...)” (p.29, grifos acrescentados), ou “ (...) ela estava louca para assistir a esse filme” (p.88); ou o uso correto do sujeito do infinitivo: “Dizia pra eu falar ‘Me dá uma esmola pra eu comprar pão e leite pra mim e pros meus irmãozinhos’” (p.31, grifos acrescentados). Além disso, observa-se, por exemplo, o uso do futuro do pretérito: “Eu venderia o barraco e ficaria rica.” Ou de expressões como “criar vínculo”, “passeios entre aspas” ou “ mecanismo de fuga”, evidenciando inclusive aspectos metalingüísticos do texto. Ao lado disso, frases iniciadas por pronomes oblíquos: “Me levava pra passear (...)”, regências populares: “Eu não queria ir no enterro da minha mãe.” e outras estratégias que fogem do registro dado como culto: “eles deixaram nós na sala” (p.121).

Não se trata de criticar essa mistura, ademais natural em nossos próprios relatos orais; o que merece reflexão é esse ajuste de sintaxes, tradutor de ajustes sociais e econômicos.

A escrita de Esmeralda traz em si muitas contradições metaforizadas na mistura de sintaxes. Entre elas, o sonho capitalista de ter alguma coisa só sua: um chuveiro, uma casa, embora declare que para ela “a felicidade está em pequenas coisas”. Ao escrever sobre sua vida, Esmeralda busca expurgar a sujeira da sociedade que a marcou, alijando-a e, dessa forma, reintegra-se na medida em que não se faz ameaça a essa mesma sociedade. Nesse sentido, estaria sendo canalizada a experiência vivida, sob o controle de escrita.

¹⁶ DE CERTEAU, Op. cit. p.236

No entanto, seguindo o raciocínio de Maria Rita Kehl, a escrita seria porto de ancoragem, na medida em que confere reconhecimento social, oferecendo sustentação. Ora, por isso mesmo, no caso de Esmeralda, como em muitos outros, o processo é complexo: não lhe permitindo optar por outras vias, a sociedade que a alijou só a aceita de volta segundo suas regras e leis. O corpo marcado é lavado e vestido para poder circular livremente pelas ruas sem confundir-se com elas, confirmando De Certeau quando afirma que a experiência pode ser canalizada e instrumentada pelo sistema social, utilizada pelo discurso da lei. Mas De Certeau fala de uma experiência que não é “grito de prazer ou de dor”, postulando que “seria necessário procurar, do lado dos gritos, aquilo que não é ‘refeito’ pela ordem da instrumentalidade escriturística”¹⁷. Resta saber se podemos ouvir esses gritos no livro de Esmeralda. Não apenas o seu grito, mas o grito de um segmento excluído e, por que não, o grito de um sistema agônico.

Mas o livro, “grande marca na vida”, forma de “falar sobre as coisas” conquistadas, é também um tipo de roupagem: um “sonho de comunicação”, uma forma de prazer, mesmo que, como metonímia do próprio corpo, seja um grito de dor, um trabalho de luto, uma forma de chorar, mais do que a mãe morta, a perda de um segmento social sempre expulso do que é dado como a ordem por excelência. Nesse sentido, vale lembrar Jurandir Freire Costa¹⁸, quando, relativizando Freud e a força dos mecanismos repressores, alerta para a força da criação, na resistência ao desinvestimento da cultura.

Por isso mesmo, a despeito da tentativa de assepsia, o escrito não sufoca o oral em sua mobilidade deslocadora: suas sintaxes, em tensão, não permitem a harmonia apaziguadora. Também o que é dado como sujo não se esvai das malhas textuais, possibilitando-nos ver que a

¹⁷ DE CERTEAU, Op. cit. p. 242

¹⁸ COSTA, Jurandir Freire. Playdoier pelos irmãos. In: KEHL, Maria Rita (Org.). *Função fraterna*. São Paulo: Relume Dumará, 2001, p. 07 - 30.

sujeira, mais do que aquilo que se vê nos corpos degradados, está presente nas relações sociais, políticas e econômicas que determinam um modelo institucional aparentemente incontestável. Modelo este que se arquiva no corpo social, a repetir a regra do indivíduo que emerge da coletividade, e, de forma visível e legível, faz-se memória escrita, mediação entre classes, entre grupos e gerações, mediação entre a lei e a subjetividade. Por isso mesmo, o arquivo perde seu caráter estático, pois, dando-se a ler, permite a incursão do outro, em um movimento que pode barrar o processo de desinvestimento cultural, pois, como afirma Jurandyr F. Costa, “a cultura (...) é o foyer da capacidade de desejar”¹⁹. O corpo marcado faz-se texto, corpus em que a rasura é índice de exclusão e, paradoxalmente, de resistência.

¹⁹ COSTA, Op. cit. p. 24